NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A ÁFRICA

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Vigésima-sétima Reunião do Comité de Peritos *Terceira Reunião do Comité de Peritos*

26 – 29 de Março de 2008

Quadragésima-primeira Sessão da Comissão Económica para a África *Terceira Sessão de CAMEF*

31 de Março – 2 de Abril de 2008

Primeira Reunião Conjunta Anual da Conferência da UA de Ministros de Economia e Finanças e Conferência da CEA de Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico

Adis Abeba, Etiópia

Distr.: Geral
E/ECA/COE/27/3
AU/CAMEF/EXP/3(III)
Data: 5 de Março de 2008

Original: Inglês

Estudo das Condições Económicas e Sociais em África em 2007

ÍNDICE

Página

A. Introdução 1
B. Economia Global 1
C. Os Resultados do Crescimento Económico Global em África 2
D. Aumento de Desequilíbrios Macroeconómicos nos Países Africanos com Fracos Recursos……7
E. Equilíbrios Externos constituem também uma Preocupação para os Países Africanos Importadores de Petróleo 10
F. Tendências no Desenvolvimento Social em África 13
G. Perspectivas para 2008: Melhores expectativas apesar dos Riscos 19
H. Conclusão: Principais Questões Económicas e Sociais em África 20

Referências 22

ACRÓNIMOS

CIS	Commonwealth de Estados Independentes
RDC	República Democrática do Congo
EIU	Economist Intelligence Unit (Unidade de Inteligência Económica)
FDI	Investimento Interno Estrangeiro
PIB	Produto Interno Bruto
FMI	Fundo Monetário Internacional
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MDRI	Iniciativa Multilateral para a Redução da Dívida
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
REER	Taxa de Câmbio Efectivo Real
NER	Taxa de Câmbio Nominal
UN-DESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para a África
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado

A. INTRODUÇÃO

A recente crise no mercado imobiliário dos devedores com menor renda (sub-prime) nos Estados Unidos e a consequente agitação no mercado financeiro global juntamente com a desvalorização do dólar apresentam sérios desafios ao crescimento mundial em 2008. O momento decisivo do crédito deve ter maior impacto no crescimento do que se esperava em 2007 nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Isto abrandará a procura de exportações dos países em desenvolvimento e de transição, que por sua vez provocará um crescimento mais baixo nestes países. Apesar do abrandamento, o crescimento nos países em desenvolvimento e de transição devem continuar a ser forte, mas pode ser insuficiente para fazer frente ao efeito do crescimento mais baixo no crescimento mundial nos países desenvolvidos.

O abrandamento no crescimento mundial e os elevados preços do petróleo devem ter um efeito negativo no crescimento em muitos países africanos, especialmente os países importadores de petróleo e os países encravados. Contudo, o continente como um todo pode ter crescimento elevado em 2008. Para manter o crescimento elevado face aos desafios globais, é necessário desenvolver estratégias efectivas para a gestão das receitas das exportações de mercadorias para evitar possíveis choques futuros, aumentar o investimento interno e promover a diversificação, e para a mobilização de recursos internos e externos com vista a enfrentar os desafios do financiamento para o desenvolvimento.

Este estudo aborda os principais factos registados na economia mundial em 2007 com as suas prováveis implicações para os países africanos. Prossegue com uma análise do desempenho das economias africanas a nível macroeconómico e sectorial, incluindo as perspectivas para 2008. O estudo analisa ainda as principais tendências no desenvolvimento social com ênfase na educação, saúde, desemprego juvenil, igualdade do género e velhice. Conclui destacando vários desafios económicos e sociais importantes que merecem a atenção urgente dos dirigentes africanos e da comunidade para o desenvolvimento em geral.

B. ECONOMIA GLOBAL

O crescimento económico mundial reduziu para 3,7 por cento em 2007, em comparação com 3,9 por cento em 2006.[1] Os preços elevados do petróleo e outros dados associados a alguma turbulência nos mercados financeiros contribuíram para este abrandamento. As recentes crises no mercado imobiliário dos devedores com menor renda provocaram taxas de crescimento mais baixas do que as esperadas nos EUA e abrandamento na procura de importações, exercendo alguns efeitos negativos no crescimento nos outros países industriais. No entanto, estes efeitos foram equilibrados pelo crescimento interno orientado para a procura em outras regiões.

A nível mundial, as taxas de crescimento foram mais elevadas na Commonwealth dos Estados Independentes (CIS) bem como na Ásia Oriental, com taxas acima de 8 por cento. O crescimento nos países em desenvolvimento baixou apenas ligeiramente de 7,0 por cento em 2006 para 6,9 por cento em 2007. Em relação a 2008 o crescimento mundial deve situar-se em cerca de 3,4 por cento.

[1] Todos os dados referentes ao crescimento e aos preços utilizados neste estudo são de UN-DESA, Outubro de 2007, excepto Suazilândia e Seicheles, em relação aos quais os dados são da base de dados online (ligada à rede) de EIU.

Os desequilíbrios das contas de operações correntes globais são grandes mas estabilizaram-se em 2007. Entre os países desenvolvidos o défice permaneceu constante em 2007 em cerca de 600 biliões de dólares, apesar dos excedentes bastante elevados na Alemanha e Japão. O défice comercial dos EUA baixou de um recorde elevado de 844 biliões de dólares em 2006 para 780 biliões de dólares em 2007, devido a aumento de exportações. Os países exportadores de petróleo têm um excedente global de 500 biliões de dólares e a maior parte das regiões em desenvolvimento estão a acumular excedentes. O excedente da Ásia em desenvolvimento ultrapassou 200 biliões de dólares, sendo a China o maior contribuinte. Prevê-se que as tendências actuais continuem em 2008.

Apesar dos contínuos preços elevados do petróleo, a média da inflação global permaneceu baixa em 2007 (2,8 por cento comparado com 2,9 por cento em 2006), em parte devido às restrições nos aumentos salariais, uma posição de política macroeconómica firme tanto nos países avançados como em desenvolvimento, e a oferta de produtos baratos da China. Contudo, os riscos da inflação aumentaram devido ao desemprego decrescente principalmente na Europa, e elevados preços de mercadorias.

Os preços dos principais produtos de exportação africanos como café, cacau, algodão e madeira tropical mantiveram-se estáveis, embora a promoção recente do uso de bio-combustíveis tenha conduzido a aumentos consideráveis nos preços dos produtos agrícolas tais como trigo, milho e açúcar. Um outro acontecimento importante de grande relevância para a África é o crescimento rápido no comércio Sul-Sul e fluxos de capitais. O FDI do Sul aumentou de apenas 5 por cento dos fluxos externos mundiais em 1990 para 17 por cento em 2005. O FDI para a África vem de forma crescente da Ásia, nomeadamente China, Índia e os Estados do Golfo. Ao mesmo tempo os fluxos do FDI na África aumentaram substancialmente em 2006, vindo sobretudo da África do Sul e do Norte. Os fluxos de FDI estão concentrados nos sectores dos recursos naturais e de serviços.

A intensificação de relações com a Ásia em termos de ajuda, comércio e FDI traz benefícios e desafios para a África. As exportações africanas para a China atingiram mais do que o quádruplo entre 2000 e 2005, chegando a 19,5 biliões de dólares. O crescimento asiático expande os mercados de exportações para a África, e proporciona novas oportunidades para a criação de emprego nas empresas locais e estrangeiras. As empresas de produção enfrentam contudo o risco de perderem os mercados locais, se não forem capazes de competir com as importações da Ásia.

C. OS RESULTADOS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO GLOBAL EM AFRICA

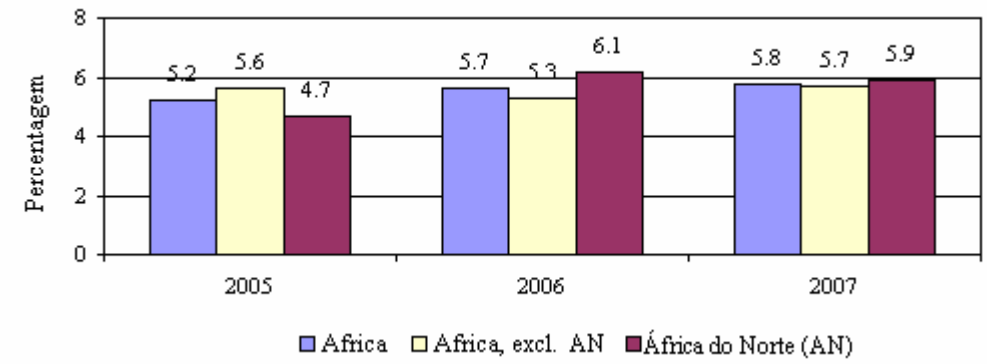
A taxa de crescimento económico da África ligeiramente elevada em 2007

A África manteve o forte ímpeto de crescimento dos últimos anos e atingiu uma taxa de crescimento de 5,8 por cento em 2007, acima de 5,7 por cento em 2006 e 5,2 por cento em 2005 (figura 1). Como nos anos anteriores, este desempenho do crescimento foi guiado essencialmente pela grande demanda global e elevados preços das mercadorias. Outros factores que justificam o ímpeto do crescimento sustentado em África incluem a consolidação contínua da estabilidade macroeconómica e melhoria da gestão macroeconómica, maior compromisso em relação às reformas económicas, produção crescente do petróleo em vários países, aumento dos fluxos de

capitais privados, redução da dívida e exportações crescentes de não combustíveis. A África tem igualmente testemunhado um declínio nos conflitos políticos e guerras, particularmente na África Ocidental e Central, embora a paz continue a ser frágil em algumas partes do continente.

As exportações africanas de bens e serviços registaram um aumento de 15,2 por cento no valor em 2007 comparado com um aumento de 13,2 por cento nas importações (UN-DESA, Outubro de 2007a). Muitos países africanos implementaram reformas macroeconómicas e micro económicas que resultaram numa melhoria de um modo geral do ambiente de negócios e do clima de investimento. O aumento da ajuda e a redução da dívida ajudaram o continente a atrair elevados influxos de capitais privados líquidos, embora o volume tenha diminuído nos últimos três anos (29 milhões de dólares em 2005, 25 milhões de dólares em 2006 e 22 milhões de dólares em 2007). Também a estabilidade macroeconómica, entre outros factores, contribuiu para um aumento na taxa da poupança interna de 25,3 por cento em 2006 para 26,3 por cento em 2007 (ver FMI 2007a).

Figura 1.Crescimento real do PIB em África, 2002-2008



Fonte: UN/DESA, Outubro de 2007.
Notas: Estimativas parciais para 2007 e previsão para 2008

Estas melhorias devem ser alargadas, intensificadas e sustentadas se a África tiver de acelerar e manter o crescimento para além da actual expansão rápida de mercadorias. O continente também deve promover crescimento de elevada qualidade que seja amplamente compartilhado em termos de criação de emprego decente, ajuda à redução da pobreza e realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). A taxa real registada de crescimento de rendimento per capita (0,3 por cento durante 1990-2002 e 3,0 por cento em 2003-2007) é insuficiente para a África fazer qualquer progresso na realização dos ODMs. A capacidade de a África acelerar e manter o crescimento depende essencialmente dos seus avanços para a diversificação das fontes de crescimento e sucesso na mobilização dos recursos financeiros internos e externos para incrementar a procura interna em geral e a procura de investimento em particular.

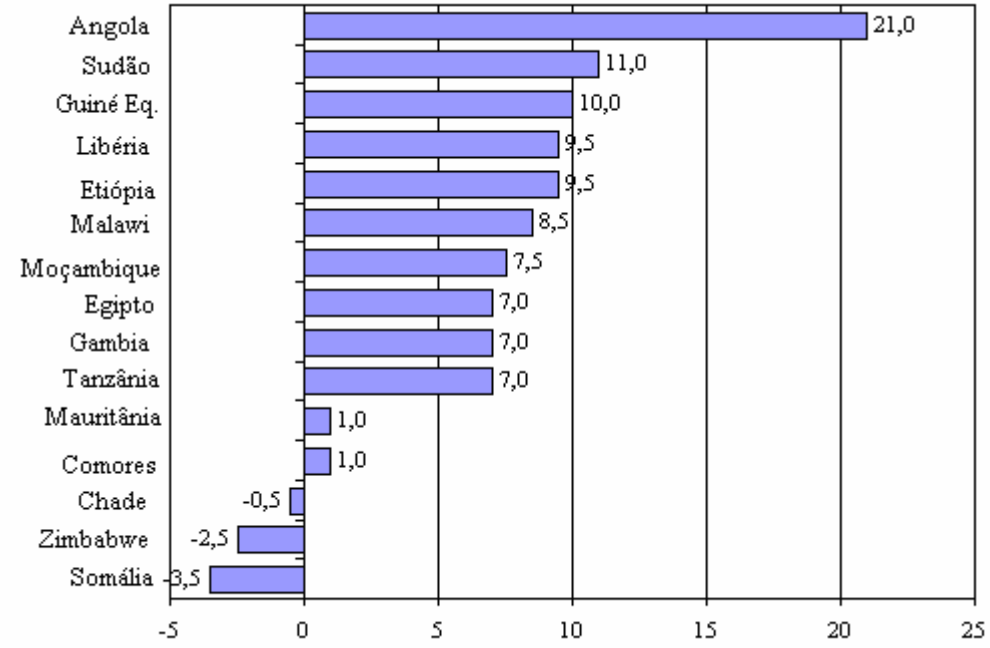
Elevada variabilidade de crescimento nos países

A vulnerabilidade do crescimento da África em relação às evoluções nos mercados de produtos de base e à instabilidade política pode ser facilmente considerada de um ponto de vista superficial na lista dos países com melhor ou menor desempenho em 2007 (figura 2). Seis dos países com melhor desempenho são os ricos em recursos petrolíferos ou em minerais (Angola,

Sudão, Egipto, Guiné Equatorial, Moçambique e Tanzânia), embora um país (Libéria) seja um caso de recuperação pós-conflito. A estrutura dos restantes países de desempenho elevado é bastante dominada pela agricultura (Etiópia e Malawi) ou serviços (Gambia).

Além do Egipto, os países de melhor desempenho económico são caracterizados pela diversificação extremamente limitada em termos de produção e exportações e falta de condições para o crescimento sustentável. Convém notar que as economias dos cinco países com menor desempenho compartilham características semelhantes às dos países com melhor desempenho. Mauritânia e Chade são países ricos em petróleo, enquanto que Zimbabwe é um país rico em minerais. Somália e Zimbabwe foram afectados pela instabilidade política que tem tido consequências negativas no desempenho económico. Chade, Mauritânia e Comores defrontam-se com a diminuição da produção e exportações de produtos de base, uma situação que ilustra a urgente necessidade da diversificação económica no continente.

Figura 2. Os 10 melhores e os 5 últimos países em termos de desempenho económico em África em 2007 (% de crescimento anual)

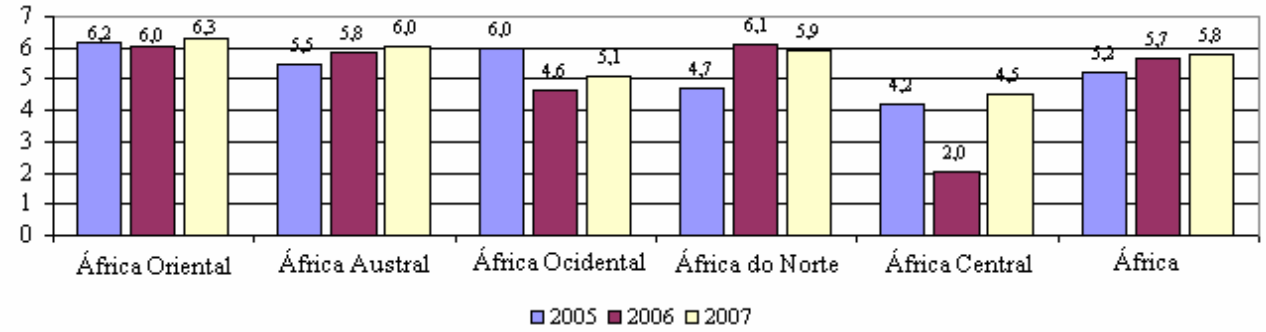


Fonte: UN-DESA, Outubro de 2007a.

Os resultados do crescimento subregional também variaram substancialmente

Enquanto que os resultados do crescimento abrandaram ligeiramente na África do Norte, todas as outras regiões tiveram crescimento mais elevado em 2007, comparado com 2006 (figura 3). Isto indica que o crescimento em África é bastante partilhado ao longo das regiões. A Africa Oriental, que é uma região sem recursos petrolíferos com limitadas exportações de minerais, continuou a liderar o desempenho económico em África, enquanto que a África Central não conseguiu acompanhar as outras regiões em 2007.

Figura 3. Resultados do crescimento subregional de 2005-2007 (%)



Fonte: UN-DESA, Outubro de 2007a.

A forte procura de produtos de base e a contínua subida de preços juntamente com a pluviosidade favorável e crescimento acelerado na agricultura impulsionaram a actividade económica nos sectores industriais e de serviços, bem como o crescimento global na maioria dos países da África Oriental. A Etiópia liderou a região com uma taxa de crescimento real do PIB de 9,5 por cento em 2007, seguida pela Tanzânia (7,0 por cento), República Democrática do Congo (RDC) (6,5 por cento), Madagáscar (6,4 por cento), Quénia (6,1 por cento) e Uganda (6,0 por cento) e Seicheles (5,8 por cento). Outros factores de crescimento na região são o aumento do investimento público na infra-estrutura, políticas de incentivo ao desenvolvimento e investimento do sector privado na produção, assim como o aumento do FDI e das receitas do turismo.

O fim do conflito impulsionou a agricultura e o crescimento na RDC, enquanto que Quénia registou um crescimento geral na maior parte dos sectores económicos. Os três últimos países em termos de desempenho na região continuam a debater-se com os mesmos factores que restringiram o crescimento nos anos anteriores : conflito civil na Somália (-3,5 por cento), instabilidade política e controlos económicos excessivos por parte do governo central na Eritreia (crescimento de 2,0 por cento) e os baixos preços da exportação de baunilha e das receitas de turismo nas Comores (1,0 por cento). Apesar dos progressos, o crescimento da África Oriental continua limitado pelas infra-estruturas inadequadas, especialmente estradas e fornecimento de energia, o que aumenta os custos de produção e prejudica a competitividade internacional.

Com a produção crescente do petróleo, Angola continuou a liderar a África Austral em termos de crescimento real do PIB (21,0 por cento em 2007). Os factores que promovem o crescimento nos outros países são a melhoria do desempenho dos sectores agrícolas, de indústria mineira e do turismo e expansão da produção e construção. Malawi manteve o crescimento elevado, registando uma taxa de 8,5 por cento em 2007, devido à contínua recuperação agrícola, enquanto que a estabilidade macroeconómica e o apoio contínuo dos doadores ajudaram Moçambique na manutenção do crescimento elevado (7,5 por cento em 2007). O desempenho económico na África do Sul continua a ser consistente (4,8 por cento), graças à expansão da construção e indústria mineira e aumento do investimento no sector empresarial. Zimbabué e Suazilândia continuam a ser os países com menos desempenho na África Austral por causa da instabilidade política no Zimbabué e impacto da seca e diminuição da produção na indústria têxtil na Suazilândia.

Como nos anos anteriores, o crescimento da Africa do Norte permaneceu elevado (5,9 por cento em 2007) com o aumento da produção do petróleo e do gás e preços elevados do petróleo. Os factores de crescimento adicional incluem a aumento dos fluxos de FDI (em relação ao Sudão, por exemplo) e aumento do investimento público (Argélia e Líbia). O Sudão registou a taxa de crescimento mais elevada (11,0 por cento) em 2007, seguido pelo Egipto (7,0 por cento) e Tunísia (6,0 por cento). As reformas económicas que incentivaram o investimento interno e uma recuperação do sector do turismo fundamentaram o crescimento no Egipto, enquanto que o crescimento na Tunísia beneficiou da expansão nos sectores da indústria e serviços, que contribuiu para uma diversificação económica mais rápida. A taxa de crescimento real do PIB diminuiu drasticamente em Marrocos (de 7,9 por cento em 2006 para 3,0 por cento em 2007) devido às condições adversas do tempo e uma redução na produção agrícola e na Mauritânia (de 11,4 por cento em 2006 para 1,0 por cento em 2007) por causa da contracção na produção do petróleo causada por problemas técnicos no campo de Chinguetti.

O crescimento acelerado no Senegal e Guiné-Bissau em 2007 em relação a 2006 e a recuperação contínua na Libéria e Sierra Leone justificaram o aumento do crescimento do PIB na África Ocidental este ano (5,1 por cento, acima de 4,6 por cento em 2006). A região como um todo beneficiou de boa pluviosidade e forte desempenho agrícola bem como preços elevados dos produtos de base, apesar do efeito negativo do custo da energia nos países importadores de petróleo. Côte d'Ivoire e Guiné são os dois países na região com os mais baixos índices de crescimento em 2007, situando-se em 2,0 e 1,5 por cento, respectivamente. A instabilidade política, infra-estrutura inadequada e instituições económicas ineficazes afectaram desfavoravelmente o investimento e a produção em Côte d'Ivoire, sobretudo nos sectores de cacau e do petróleo. Além da instabilidade política, o crescimento na Guiné continua fraco devido ao desempenho deficiente da agricultura, infra-estrutura inadequada e o fardo dos elevados preços do petróleo.

Embora não conseguindo acompanhar as outras regiões, o crescimento real do PIB na África Central passou de 2,0 por cento em 2006 para 4,5 por cento em 2007. O aumento da produção do petróleo e do gás e dos rendimentos incentivaram a actividade não petrolífera e aceleraram o crescimento para 10,0 por cento na Guiné Equatorial e 4,9 por cento no Gabão em 2007. Contudo, devido à redução da produção do petróleo, o crescimento diminuiu de 6,1 por cento em 2006 para 4,0 por cento em 2007 na República do Congo e de 0,5 por cento para -0,5 por cento no Chade. Isto realça a necessidade da diversificação económica fora do sector de recursos para esses países poderem acelerar e sustentar o crescimento.

A expansão dos serviços relacionados com o petróleo, o aumento no domínio de construções e crescimento repentino no turismo apoiaram o forte desempenho económico em São Tomé e Príncipe (6,5 por cento), enquanto um ambiente desfavorável aos negócios impediu o crescimento nos Camarões. A instabilidade política continuou a desencorajar o investimento e restringiu a prestação de serviços públicos essenciais na República Centro Africana. Além da abordagem dos problemas de segurança, a realização de crescimento elevado e sustentado na África Central exigirá grande investimento em infra-estrutura para promover a actividade do sector privado e a diversificação económica.

D. AUMENTO DE DESEQUILIBRIOS MACROECONÓMICOS NOS PAÍSES AFRICANOS COM FRACOS RECURSOS

A sustentabilidade fiscal continua a ser um desafio para os países importadores de petróleo

Em média, a África manteve um excedente orçamental global, embora ligeiramente inferior em 2007 (2,4 por cento do PIB) em comparação com 2006 (2,8 por cento). Apenas 15 dos 42 países africanos com dados disponíveis tiveram um excedente orçamental em 2007 e embora cerca de 60 por cento dos países exportadores de petróleo tivessem excedentes fiscais, 76 por cento dos importadores de petróleo tiveram défices. De facto, os preços elevados de petróleo exerceram pressão sobre os balanços fiscais dos países africanos importadores de petróleo, dos quais 93 por cento tiveram um défice durante o período de 1998-2007 (quadro 1).

Quadro 1. Distribuição de défices fiscais em África por grupos de recursos, 1998-2007 (média)

	Países que possuem petróleo	Países que não possuem petróleo	Ricos em minerais	Sem riqueza mineral
Países com excedentes	7	2	1	1
Menos de 5%	2	2	1	1
5% a 10%	3	0	0	0
Mais de 10%	2	0	0	0
Países com défices	6	27	9	18
Menos de 5%	5	18	6	12
5% a 10%	1	7	2	5
Mais de 10%	0	2	1	1
Número total de países	13	29	10	19

Fonte: EIU, Outubro de 2007.
Notas: Devido às limitações dos dados, apenas 42 países são abrangidos. Os 11 países excluídos são a República Centro Africana, Comores, RDC, Djibouti, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Sierra Leone, e Somália.

Em 2007, todos os 10 países com os mais elevados excedentes são os que são ricos em petróleo, ricos em minerais ou em ambos os recursos. Os países com os maiores défices orçamentais são principalmente os países que estão expostos a recorrentes choques internos (por exemplo, irregularidades da chuva e conflitos políticos) e choques externos (por exemplo, mercados de produtos agrícolas). Estes países (incluindo Eritreia, Gana, Guiné, Malawi, São Tomé e Príncipe e Zimbabué) necessitam de diversificação económica adequada para os ajudar a absorver o impacto dos choques na sua execução fiscal.

Convém realçar que embora a maior parte dos países africanos importadores de petróleo tivessem de subsistir com défices orçamentais durante a última década, a média do défice tem sido pequena em relação ao PIB devido à cautelosa política fiscal. A administração fiscal envolveu a eliminação ou redução dos subsídios de combustível, privatização em grande escala de empresas públicas e racionalização do consumo público de petróleo. Ao mesmo tempo, muitos países foram capazes de aumentar a receita tributária graças ao crescimento do PIB e reformas tributárias, incluindo a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outras estratégias que melhoram a eficiência na administração tributária.

Contudo, a política fiscal rigorosa muitas vezes se traduziu em menos gastos nos serviços públicos básicos e progressos lentos na realização dos ODMs. A maior parte dos países africanos destinam apenas 3 a 4 por cento do PIB à saúde e educação e não atingem o ponto de referência de 20 por cento do orçamento do Estado definido para a educação e 15 por cento para a saúde (Banco Mundial/FMI 2005; UNECA 2007a). Em alguns países, os cortes orçamentais também atingem a despesa de capital, provocando o abrandamento do crescimento de infra-estruturas públicas e manutenção inadequada de infra-estruturas existentes, o que por sua vez prejudica o investimento privado e a utilização da capacidade produtiva.

A manutenção da estabilidade fiscal em face dos elevados preços de petróleo constitui uma grande preocupação para muitos governos que dependem muito do apoio dos doadores (UNECA 2007b). É essencial que os doadores e a comunidade internacional para o desenvolvimento em

geral aumentem o apoio financeiro, de preferência através de subvenções e redução da dívida, para os países africanos importadores de petróleo com vista à manutenção da estabilidade fiscal. Os recentes aumentos nos fluxos de ajuda à África foram em grande medida devido à redução da dívida concedida a um grupo restrito de países, embora os afluxos de FDI fossem concentrados nos países ricos de recursos. Por conseguinte, os doadores têm a responsabilidade de não só cumprir os seus compromissos para aumentar a quantidade da ajuda, mas também melhorar a sua qualidade.

Pressão inflacionária está a intensificar em muitos países africanos

A inflação continua a ser moderada em África como um todo (6,3 por cento em 2007), mas a pressão inflacionária está a intensificar especialmente nos países importadores de petróleo devido aos elevados preços do petróleo. Cerca de 60 por cento dos países africanos registaram taxas de inflação de 5 por cento ou mais em 2007, acima de 52 por cento em 2006 (quadro 2). As respectivas percentagens para as economias dos países exportadores de petróleo e dos países importadores de petróleo são 54 e 65 por cento em 2007. Enquanto que os preços elevados do petróleo aumentam os custos de produção para os países importadores de petróleo, causando aumento dos preços, maior procura interna de combustível para as receitas petrolíferas e originam a subida de preços nos países exportadores de petróleo - e.g., Angola (12,6 por cento) e Sudão (9,0 por cento). Devido ao seu maior impacto no preço dos bens de consumo básicos, elevadas taxas se inflação nos países como Zimbabué (6840 por cento), Guiné (24 por cento) e Eritreia (23,5 por cento) constituem uma grande preocupação para os pobres que necessitam de redes de segurança adequadas.

Ao mesmo tempo, os governos contam com políticas fiscais e monetárias mais rigorosas além da valorização da moeda para evitar a aceleração da inflação à custa de crescimento mais baixo. O potencial impacto negativo destas políticas no crescimento torna a gestão macroeconómica cada vez mais difícil e dispendiosa para os países importadores de petróleo.

Quadro 2. Distribuição das taxas de inflação em África, 2007 (53 países)

Âmbito	Africa	Ricos em petróleo	Que não possuem petróleo	Ricos em minerais	Que não possuem minerais
Menos de 5 %	21	7	14	3	18
Entre 5 e 10 % (10% excluídos)	20	5	15	8	12
Entre 10 e 20 % (20% excluídos)	9	1	8	3	6
20% e acima	3	0	3	2	1
Número total de países	53	13	40	16	37

Fonte: UN-DESA, Outubro de 2007a.

Os países exportadores de petróleo necessitam de políticas apropriadas para evitar o sobreaquecimento da economia. Para isso, devem canalizar uma proporção bastante grande das receitas de petróleo para o financiamento do investimento real interno, o que os ajudará a reforçar a capacidade produtiva em vez de aumentos directos no consumo público e privado que causam excesso de procura quando a economia não tem a capacidade de dar resposta. Devem igualmente

considerar a poupança de uma parte adequada das receitas para os objectivos de estabilização e para o serviço de gerações futuras.

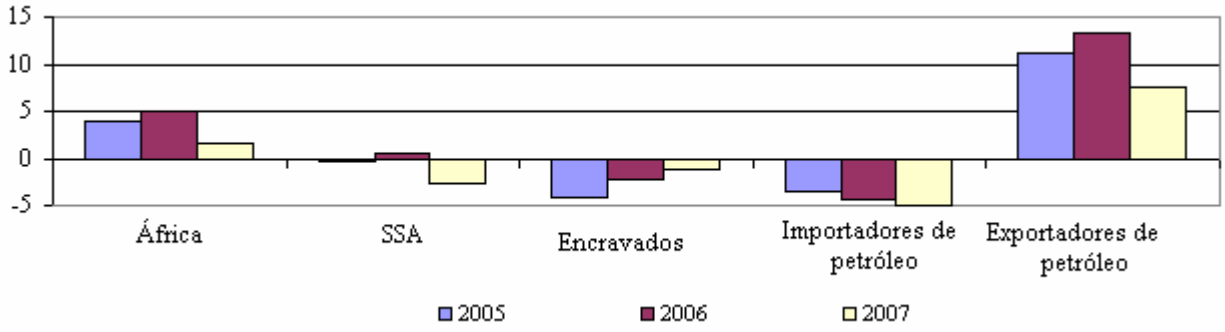
E. EQUILÍBRIOS EXTERNOS CONSTITUEM TAMBÉM UMA PREOCUPAÇÃO PARA OS PAÍSES AFRICANOS IMPORTADORES DE PETRÓLEO

Evolução na balança de pagamentos

O excedente nas contas de operações correntes da África baixou de 5,0 por cento do PIB em 2006 para 1,7 por cento em 2007 (figura 4). Esta diminuição foi o resultado do aumento dos défices em contas de operações correntes nos países importadores de petróleo (de –4,4 por cento do PIB em 2006 para –5,0 por cento em 2007). Todavia, os países exportadores de petróleo continuaram a usufruir de um elevado excedente em contas de operações correntes (7,5 por cento em 2007). Isto significa que, em termos absolutos, o superávit da balança comercial dos exportadores de petróleo prevaleceu sobre os défices na balança comercial dos países importadores de petróleo comerciais. Em virtude de os elevados custos de transporte e fraca competitividade internacional, os países africanos encravados tendem a ter maiores défices nas contas de operações correntes em comparação com outros países africanos. Contudo, estes défices diminuíram em 2007, graças ao aumento dos fluxos da ajuda, na sua maior parte na forma de redução da dívida.

A sustentabilidade das contas de operações correntes nos países importadores de petróleo é um desafio que representa riscos para a estabilidade macroeconómica e perspectivas do crescimento particularmente para os países encravados. A racionalização do consumo do petróleo e desenvolvimento de fontes alternativas de energia como energia hidroeléctrica é um processo que os países africanos importadores de petróleo podem adoptar para reduzir a sua factura de importação. A curto prazo, os países importadores de petróleo precisam de apoio externo para satisfazer as suas necessidades de consumo enquanto minimizam a instabilidade macroeconómica. Estratégias a médio e longo prazo devem concentrar-se no aumento de investimento em infra-estrutura, reforço de capacidade produtiva, diversificação de exportações e promoção de competitividade internacional.

Figura 4. Balanço de contas correntes em África, conforme categoria, 2005-2007 (% do PIB)



Fonte: Fundo Monetário Internacional, Base de Dados sobre a Perspectiva Económica Mundial, Outubro de 2007.
Nota: Excluindo Somália devido à falta de dados

A valorização da moeda ameaça a competitividade internacional

À semelhança do Euro, o CFA valorizou-se muito em comparação com o dólar em termos nominais. Por consequência, as exportações da Zona do Franco estão a perder competitividade fora da zona do Euro. A maioria das outras moedas africanas continuaram a valorizar-se em comparação com o dólar em 2007. Uma vez que a maior parte das exportações africanas está avaliada em dólares e os preços das exportações permaneceram regularmente estáveis, a valorização da moeda, além de desencorajar as importações da África, implica uma diminuição na rentabilidade das actividades orientadas para as exportações africanas. Faz com que as importações fiquem com preços mais reduzidos nos mercados internos e desencoraja as exportações, exercendo uma forte pressão sobre a balança de pagamentos. Tem sido o caso da maioria dos países com grande abundância de produtos de base, com efeitos negativos na diversificação económica e criação de emprego.

Com base na taxa de câmbio efectivo real (REER), 23 dos 36 países africanos com dados disponíveis passaram pela valorização da moeda durante o período de 2002-2007.[2] No entanto, apenas 3 países registaram uma taxa média anual de valorização da moeda de mais de 10 por cento, e nenhum dos países consideraram que tiveram uma depreciação de REER de mais de 10 por cento por ano. Zimbabué, Angola, Zâmbia, Sudão e África do Sul foram os 5 países com as taxas de avaliação de REER mais elevadas no período de 2002-2007, enquanto que Seicheles, Malawi, Tanzânia, Madagáscar, e Líbia foram os 5 países com as taxas de depreciação mais elevadas. Os niveis crescentes dos preços internos foram a principal causa da valorização de REER nos países como Zimbabué onde a Taxa de Câmbio Nominal (NER) se desvalorizou substancialmente.[3] Contrariamente, em outros países como a Líbia, a REER desvalorizou-se apesar da valorização da NER. A Líbia manteve um nível de preço interno baixo em comparação com os níveis de preços estrangeiros e sofreu a deflação entre 2000 e 2004.

Além do rendimento das exportações de mercadorias, a valorização de REER em alguns países africanos resultou do aumento de despesas, ajuda e outros influxos de capitais, remessas e elevados rendimentos do turismo. Setenta por cento dos países exportadores de petróleo tiveram a valorização de REER. Para resolver os possíveis problemas do Sindroma Holandês (Dutch Disease), os países com abundância de produtos de base em particular devem coordenar minuciosamente as políticas monetárias e fiscais, aumentar a produtividade e reforçar a oferta das suas economias através das receitas de exportação para o financiamento de infra-estrutura pública, que promoverá o desenvolvimento do sector privado. (FMI 2007b).

A questão da gestão dos recursos petrolíferos é essencial uma vez que a maioria dos paises com abundância de recursos estão a acumular grandes montantes de reservas de divisas, resultantes

[2] O índice de REER é definido como [Pd/Pf*NER], em que Pd é o nível de preços internos, Pf é o nível de preços estrangeiros (EUA), NER é a taxa de câmbio oficial expressa em termos do preço da moeda nacional em relação ao dólar dos EUA (média do periodo). Assim, REER representa a quantidade de produtos estrangeiros que pode ser comprada com uma unidade de produtos nacionais.

[3] O dólar do Zimbabué, por exemplo, desvalorizou-se de 162 em relação ao dólar dos EUA em 2006 para 250 em 2007.

dos excedentes do balanço das operações correntes bem como influxos de FDI e APD.[4] Em média, as reservas de divisas excederam 29 por cento do PIB durante 2006-2007. A maioria dos países africanos conservaram reservas adequadas; apenas 6 dos 48 países com dados disponíveis tiveram um rácio de endividamento de reservas a curto prazo de menos de um em 1998-2005. As reservas acumuladas podem gerar excesso de liquidez e requerem medidas de esterilização para evitar pressões inflacionárias ou sobreaquecimento. Uma coordenação rigorosa da política fiscal e monetária é essencial para os governos gerirem as reservas com eficácia e evitarem a volatilidade nefasta na taxa de câmbio, inflação e crescimento de produção (UN-DESA 2007b).

A África deve reduzir a dívida externa e aumentar os recursos que não origem a dívida

A análise do nível e da qualidade do crescimento da África e dos constrangimentos do financiamento aponta para a forte necessidade de o continente reduzir a dívida externa e mobilizar mais recursos internos e externos. Apesar das iniciativas de redução da dívida, a dívida externa da Africa continua a ser elevada e inalterada em 255 biliões de dólares americanos em 2006 e 2007. A dívida a longo prazo foi responsável por cerca de 94 por cento do total da dívida em 2007. Contudo, embora a dívida diminuísse consideravelmente com a iniciativa da redução da dívida, de 205,7 biliões de dólares americanos em 1999 para 144,5 biliões de dólares americanos em 2007, a dívida para com os bancos e outros credores privados aumentou de 92,4 biliões de dólares americanos em 1999 para 110,2 biliões de dólares americanos em 2007.

A melhoria do desempenho económico em África durante os últimos 5 anos foi relacionada com aumentos notáveis na poupança interna e taxas de investimento. Para a África como um todo, as poupanças subiram de 19 por cento do PIB em 1998-2001 para 22 por cento em 2002-2005 e 26 por cento em 2007, enquanto que o investimento interno aumentou de 19,7 por cento para 20,1 e 22,1 por cento durante o mesmo período.

Todavia, a mobilização de recursos internos continua a ser insuficiente para a África financiar o investimento necessário para a realização dos ODMs e os países africanos continuarão a contar com os influxos de capitais (principalmente APD, FDI e remessas) para preencher as lacunas no futuro próximo (UNECA 2008). Embora os influxos de capitais se destinem principalmente aos países com abundância de recursos para o financiamento de investimento na indústria extractiva, mais fluxos de APD são encaminhados para os países que não possuem petróleo (quadro 3). As remessas dos trabalhadores são quase da mesma magnitude que FDI. A comunidade internacional é exortada a cumprir os seus compromissos no sentido de aumentar a ajuda à África no âmbito de várias iniciativas tais como a Iniciativa Multilateral para a Redução da Dívida (MDRI). Entretanto os governos africanos devem garantir que a assistência externa seja usada para reforçar a capacidade produtiva e prestar serviços públicos para reduzir a pobreza e acelerar os progressos com vista à realização dos ODMs.

[4] A classificação dos países de acordo com os holdings das reservas cambiais como um rácio do PIB mostra que as elevadas reservas provêm principalmente de receitas de mercadorias e fluxos de capitais privados e que nenhum dos 10 países com reservas elevadas é um país beneficiário de ajuda elevada.

Quadro 3: Fluxos externos, poupança e investimentos internos, 1998-2005[a] (média)

Indicador	Países que possuem petróleo	Países que não possuem petróleo	África, excluindo África do Norte	África
APD e ajuda oficial ($ biliões)	6.9	16.0	19.4	22.9
FDI, influxos líquidos ($ biliões)[b]	11.1	5.5	9.2	16.7
Remessas de trabalhadores e compensação de empregados, recebidas ($ biliões)[c]	8.4	6.0	4.7	14.4
Investimento Interno Bruto (por cento do PIB)[d]	22.2	19.1	18.8	20.6
Poupança Interna Bruta (por cento do PIB)[e]	26.7	15.6	19.2	20.9
Dívida externa (por cento do PIB) [f]	53.2	45.7	51.0	49.3
Dívida externa (por cento do total de exportações)[g]	150.2	162.5	153.8	155.8

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2007; OCDE (base de dados online, Fevereiro de 2008); base de dados sobre Perspectiva Económica Mundial do FMI, Outubro de 2007; OCDE 2007 (base de dados online, Outubro de 2007).

Notas: a: Para FDI e APD, os dados referem-se ao período de 1998-2006. Os restantes indicadores referem-se ao período de 1998-2005. Os seguintes países foram excluídos devido à falta de dados: b. Líbia e Namíbia; c. Angola, República Centro Africana, Chade, RDC, Djibouti, Guiné Equatorial, Eritreia, Libéria, Seicheles, Somália, Zâmbia, Zimbabué; d. República Centro Africana, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, e Somália; e. República Centro Africana, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, e Somália; f. Líbia, Namíbia, Somália; g. Guiné Equatorial, Líbia, Namíbia, e Somália.

F. TENDÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM ÁFRICA

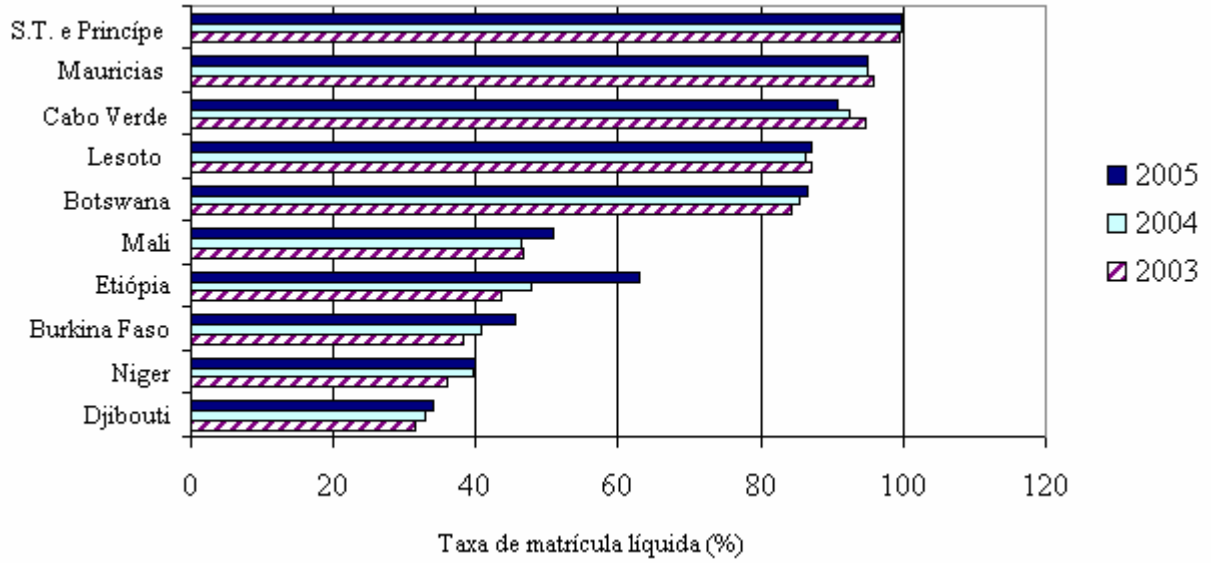
No contexto do desenvolvimento social lento, não obstante o crescimento relativamente elevado no continente, esta secção informa sobre um conjunto das principais condições sociais em África em 2007. A discussão baseia-se nos dados disponíveis mais recentes e concentra-se na educação, saúde, desemprego juvenil, igualdade do género e velhice.

Educação[5]

Os sistemas educativos são importantes para o conhecimento e aprendizagem no sentido de desenvolver as opções das pessoas, e permitir-lhes viver mais saudáveis e mais tempo. Deste modo, é encorajador que a taxa média de matrícula líquida no ensino primário em África, excluindo a África do Norte tenha aumentado de 64 por cento para 70 por cento de 2004 a 2005. Esta tendência indica um cenário mais optimista em relação aos progressos para alcançar o ensino primário universal (ODM 2) (Figura 5). Um reflexo deste aumento da matrícula no ensino primário é a redução no número de crianças que abandonam a escola que baixou de 43 milhões em 1999 para 30 milhões em 2005.

[5] Relativamente aos dados referentes à educação, ver a base de dados online do Instituto de Estatística da UNESCO, www.uis.unesco.org.

Figura 5: Evolução das taxas de matrícula líquida no ensino primário nos países africanos seleccionados, 2003-2005



Fonte: Divisão de Estatística das Nações Unidas.

Como consequência da melhoria de acesso ao ensino primário, as taxas de alfabetização entre os jovens em África aumentaram de 64,8 por cento durante o período de 1985-1994 a 72,5 por cento durante o período de 1995-2005. Em comparação com outras regiões, o aumento é mais notável nos países da África do Norte onde a taxa total de alfabetização aumentou de 66,7 para 84,3 por cento. Deve-se realçar ainda que os maiores benefícios estão a ser testemunhados entre as jovens, reduzindo a disparidade do género na alfabetização. As taxas de alfabetização entre jovens do sexo feminino em África aumentaram de 58,0 para 66,9 por cento em comparação com um menor aumento (de 72,0 para 78,4 por cento) para jovens do sexo masculino. Além disso, os maiores ganhos estão a ser alcançados na Africa do Norte onde as taxas de alfabetização entre as jovens aumentaram cerca de 20 pontos de percentagem de 1985-1994 a 1995-2005.

O aumento significativo nas inscrições no ensino primário em África, particularmente nas regiões à excepção da África do Norte, é um passo importante, mas a conclusão do ciclo do ensino básico constitui um grande desafio. Na verdade, apenas 60 por cento das crianças em África, excluindo a África do Norte, concluem o ciclo completo do ensino primário. Geralmente, as crianças abandonam a escola devido a várias razões incluindo custos, rendimentos previstos, ajuda nos trabalhos domésticos (particularmente em relação às raparigas), e a deficiente qualidade do ensino. No que diz respeito a este ultimo motivo, os elevados rácios de aluno-professor resultantes das grandes dimensões das classes, afectam seriamente a qualidade de ensino e aprendizagem em muitos países africanos.

Além do problema de qualidade de ensino, o acesso a níveis superiores do ensino continua a ser inadequado em África, particularmente em todas as regiões, excluindo a África do Norte. A taxa bruta de matrícula no ensino secundário aumentou apenas de 25 por cento em 2000 para 32 por cento em 2005. Um quadro semelhante para essas regiões é evidente na taxa bruta de matrícula

no ensino do terceiro ciclo que é inferior à das outras regiões por uma margem considerável e se situa em cerca de 5 por cento (a partir de 2005). Em compensação, a África do Norte teve um aumento significativo na matrícula no ensino secundário e ensino do terceiro ciclo. Por exemplo, países como Argélia e Marrocos aumentaram as taxas brutas de matrícula no ensino secundário de 75 para 83 por cento e de 41 a 49 por cento respectivamente, entre 2002 e 2005. Durante o mesmo período, a taxa bruta de matrícula no ensino do terceiro ciclo na Tunísia aumentou de 23 para 30 por cento.

Saúde

Em comparação com outras regiões, os países africanos são caracterizados por saúde de fraca qualidade como demonstram os indicadores sobre VIH/SIDA, tuberculose e malária, mortalidade infantil e materna. Todas regiões, excepto África do Norte, continuam a ser seriamente afectadas pelo VIH/SIDA. Cerca de 68 por cento dos 33,2 milhões de pessoas portadoras de VIH/SIDA no mundo estão em África, excepto a África do Norte, embora a taxa de prevalência de VIH nos adultos varie de menos de 2 por cento em alguns países do Sahel para mais de 15 por cento em muitos países da África Austral (ONUSIDA, 2007). Embora a taxa de prevalência de VIH nos adultos em Africa, excluindo a África do Norte, tenha diminuído ligeiramente de 5,8 por cento em 2001 para 5,0 por cento em 2007, VIH/SIDA continua a ser a causa principal da morbidez e mortalidade dos adultos no continente (ONUSIDA, 2007).

A proporção de mulheres infectadas com VIH é elevada no continente. Na realidade, as mulheres constituem neste momento 61 por cento das pessoas infectadas em África, excluindo a África do Norte. Os jovens, particularmente do sexo feminino, são mais vulneráveis à infecção de VIH do que os adultos na sua melhor idade. Cerca de 4, 3 por cento de jovens do sexo feminino com idade compreendida entre 15-24 em África, excluindo a África do Norte, têm o vírus de VIH em comparação com 1,5 por cento de jovens do sexo masculino (ONUSIDA, 2006). A vulnerabilidade das mulheres e raparigas africanas à infecção de VIH está sobretudo relacionada com as profundas desigualdades do género, normas sociais e discriminação, além das razões fisiológicas.

Além de VIH/SIDA, tuberculose e malária são logo a seguir as principais doenças infecciosas que causam morbidez e mortalidade no continente. A este respeito, enquanto a situação está a deteriorar em outras regiões, está a melhorar na África do Norte. (quadro 4).

Quadro 4: Tendências na incidência, prevalência e mortes devido a tuberculose em África

	North Africa			Africa excluding North Africa		
	1990	**2000**	**2005**	**1990**	**2000**	**2005**
Incidência de TB – Número de novos casos por 100.000 habitantes (excluindo infectados por VIH)	54	50	44	148	253	281
Prevalência de TB Prevalência - Número de casos existentes por 100.000 habitantes (excluindo infectados por VIH)	59	53	44	331	482	490
Mortes por TB – Número de mortes por 100.000 habitantes (excluindo infectados por VIH)	5	4	3	37	54	55

Fonte: Divisão de Estatística das Nações Unidas.

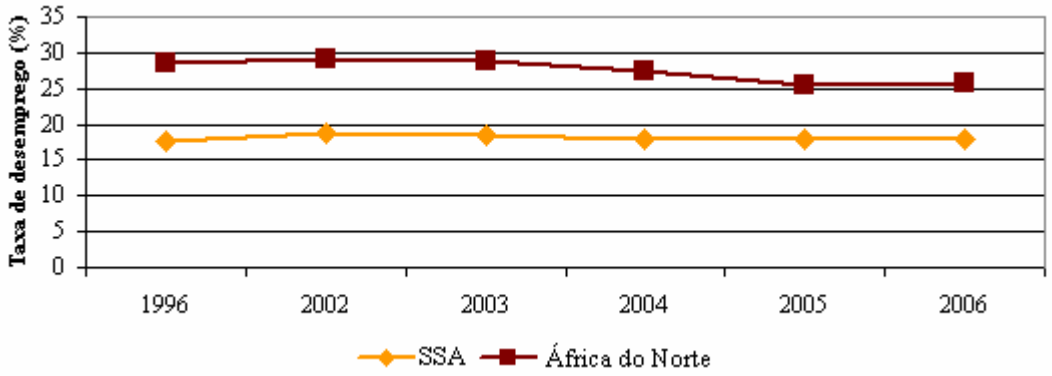
A malária é a principal causa da mortalidade infantil em África e de anemia nas mulheres grávidas. Embora o uso de redes tratadas com insecticida colocadas nas camas para crianças com idade inferior a 5 anos nas áreas propensas à malária tenha registado que houve melhoria de 2,1 em 2001 para 5 por cento em 2005, a escala da necessidade é ainda grande (OMS, 2006).

Embora a África como um todo tenha registado progressos na melhoria das taxas da mortalidade infantil desde 1990, tem havido grande variação através da região. Alguns países especialmente na África do Norte realizaram muito mais progressos no combate à mortalidade infantil do que os países em outras regiões. Do mesmo modo, a mortalidade materna continua a ser um grande desafio para a saúde em todas as regiões, excluindo a África do Norte, tendo apenas baixado de 920 mortes por 100.000 nados vivos 1990 para 900 em 2005. A taxa de mortalidade na África do Norte diminuiu mais significativamente durante o mesmo período de 250 para 160 mortes por 100.000 nados vivos (OMS, 2007).

A juventude da África continua a enfrentar muitos desafios no mercado de trabalho

A maioria dos jovens africanos que entram no mercado de trabalho continuam a confrontar-se com perspectivas pouco animadoras, acabando por ser desempregados, sub-empregados ou inseridos em empregos pouco remunerados na economia informal. A taxa de desemprego juvenil permanece em 18 por cento em média no continente, excluindo a África do Norte (OIT, 2006). È de se realçar no entanto que a taxa de desemprego na África do Norte diminuiu ligeiramente de 28,6 por cento em 1996 para 25,7 por cento em 2006 (figura 6). Sobre a dimensão do género, embora jovens do sexo feminino nas regiões, excluindo a África do Norte, tenham taxas de desemprego mais baixas do que os jovens do sexo masculino, isto não implica que tenham, no entanto, melhor acesso ao mercado de trabalho. Por outras palavras, estas jovens mulheres não têm a oportunidade de procurar activamente um emprego formal e por isso têm de aceitar emprego no sector informal ou ficar fora da população activa. Na África do Norte, ainda há mais jovens do sexo feminino que ficam fora do mercado de trabalho por razões culturais.

Figura 6: Taxas de desemprego juvenil continuam a ser elevadas mas estão ligeiramente a diminuir na África do Norte



Fonte: Principais Indicadores do Mercado de Trabalho, Versão 5 CD-ROM, OIT.

Embora a avaliação da taxa de desemprego proporcione um conhecimento parcial das dificuldades que os jovens africanos sentem em encontrar um emprego, não revela todos os factos em termos de acesso ao emprego decente. Quanto a isto, a OIT calcula que havia aproximadamente 45 milhões de jovens em África, excluindo a África do Norte, que estavam a trabalhar em 2005, mas mesmo assim a viver abaixo do limiar da pobreza de 1 dólar (US$) por dia (OIT, 2006). A taxa da pobreza em relação aos jovens que trabalham nas regiões, excluindo a África do Norte, apenas teve uma pequena diminuição durante a última década de 59,0 por cento em 1995 para 57,7 por cento em 2005. Em comparação, a taxa média da pobreza em relação aos jovens que trabalham na África do Norte tem-se situado abaixo de 4 por cento durante o mesmo período.

Igualdade do género

Esforços para a promoção da igualdade do género, equidade e capacitação das mulheres em África ganharam ímpeto em várias frentes durante os últimos anos. Por exemplo, 51 países africanos ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) e 17 assinaram o Protocolo Opcional. Muitos países adequaram a sua legislação nacional às disposições da CEDAW. Além disso, entre 1995-2005, 48 países africanos elaboraram planos de acção nacionais para a redução da pobreza que incluíram estratégias para o incremento da equidade do género. Alguns países africanos têm igualmente estratégias para apoiar o empreendedorismo das mulheres através de sistemas de micro-crédito e reforço de capacidades na gestão empresarial.

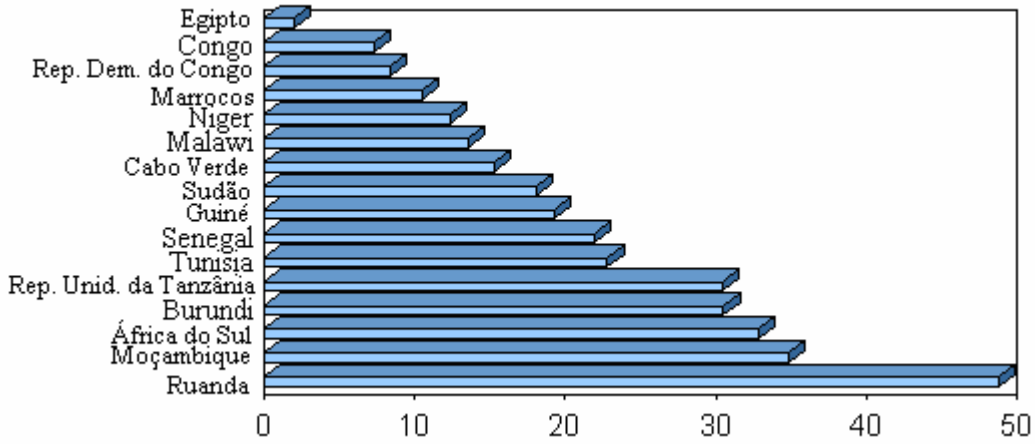
Participação das mulheres na governação

Embora muitos países tenham aumentado consideravelmente o nível de representação das mulheres no parlamento, os princípios de igualdade e equidade do género não estão ainda totalmente integrados nos processos de democratização, e as mulheres continuam a ser sub-representadas na maior parte das estruturas do poder e de tomada de decisão.

O número de mulheres parlamentares é ainda baixo em média (figura 7). A média continental para a África situa-se em 15,5 por cento, sendo 10,6 por cento para a África do Norte e 17,1 por cento para outras regiões, o que significa que muitos países africanos ainda estão longe de

atingir o marco de referência de 30 por cento que foi estipulado como compromisso em Beijing. Apenas cinco países africanos atingiram a meta de 30 por cento ou mais de representação de mulheres no parlamento (Ruanda, Moçambique, África do Sul, Burundi e Tanzânia), tendo Ruanda alcançado o nível recorde de 48,8 por cento, superando a média da Escandinávia de 40 por cento de mulheres representantes no parlamento (figura 5).

Figura 7: **Percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais (câmaras dos deputados) para países africanos seleccionados (situação em 30 de Novembro de 2007).**



Fonte: União Inter-Parlamentar.

As pessoas idosas

Ao contrário da opinião corrente, o número de pessoas com 60 anos ou mais em África é grande e está a crescer muito rapidamente. Considerando os dados de 2007, estima-se que a população de pessoas idosas atingiu 50,5 milhões em 2007, o que representa mais de 5 por cento da população. Além disso, as pessoas idosas em África crescerão a uma taxa anual de 3,1 por cento entre 2007 e 2015, e 3,3 por cento entre 2015 e 2050 que é mais rápida do que a taxa de crescimento da população geral. Consequentemente, até 2050, prevê-se que o número de pessoas idosas excederá 206 milhões e representará cerca de 10,4 por cento da população[6].

A África do Norte e a África Austral são as regiões onde mais rapidamente cresce o número de pessoas idosas no continente. Em 2007, as pessoas idosas constituíam 7 por cento e 6,9 por cento da população destas duas regiões respectivamente. As projecções indicam que a proporção de pessoas idosas na África do Norte aumentarão, rapidamente para 8,2 por cento até 2015. Prevê-se igualmente que a África Austral terá um aumento relativamente rápido, mas a uma taxa mais baixa. Em 2015, as pessoas idosas representarão entre 4,3 por cento e 5,1 por cento do total da população na África Oriental, África Central e África Ocidental.

O crescimento rápido de pessoas idosas nos países africanos apresenta um desafio importante em virtude da falta de sistemas adequados de apoio institucional formal para as pessoas

[6] Ver a Divisão do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas sobre a População, *Perspectivas da População Mundial: A Revisão de 2006*, http://esa.un.org/unpp.

idosas. Isto aumenta a pressão nos recursos familiares porque as pessoas idosas são tratadas no contexto do alargamento da família. O aumento do rácio de dependência resultante do aumento rápido do número de pessoas idosas reduzirá os ganhos do crescimento e os aumentos da despesa pública em termos dos padrões de vida em geral e redução da pobreza em particular.

G. PERSPECTIVAS PARA 2008 – MELHORES EXPECTATIVAS APESAR DOS RISCOS

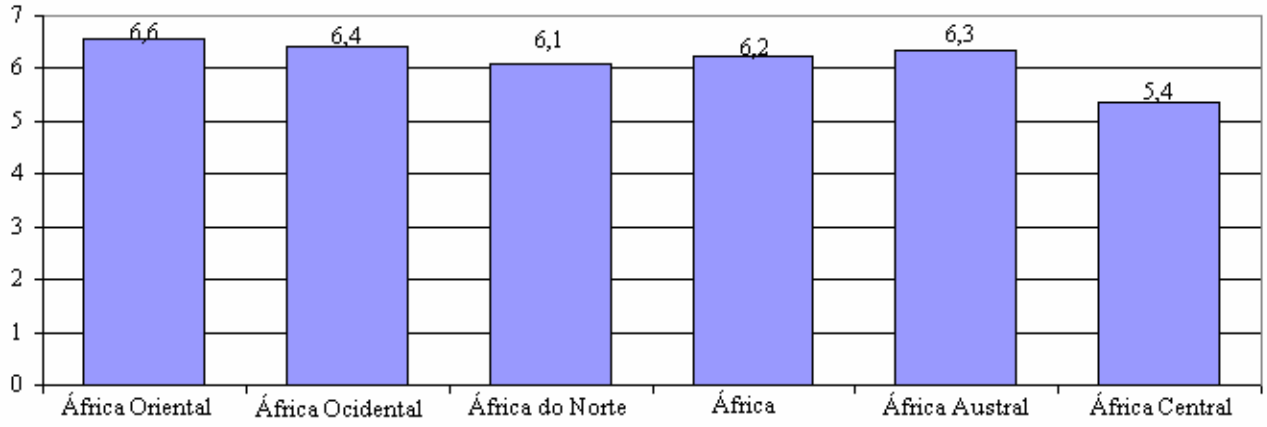
Não obstante os riscos, a expectativa a médio prazo da África continua a ser positiva. O crescimento económico real deve melhorar ligeiramente para 6,2 por cento em 2008 comparado com 5,8 por cento em 2007 (figura 8). A África Oriental deve continuar a liderar as cinco regiões com uma taxa de crescimento de 6,6 por cento, seguida pela África Ocidental (6,4 por cento), África Austral (6,3 por cento), África do Norte (6,1 por cento), e África Central (5,4 por cento). A África Ocidental deve ter o maior aumento no crescimento do PIB, devido ao aumento da produção de petróleo e forte crescimento na Nigéria. Contudo, convém realçar que o fracasso na gestão da violência pós conflito no Quénia pode ter efeitos negativos no crescimento na África Oriental em 2008.

A realização da taxa de crescimento projectada da África será influenciada pela proporção em que a desaceleração da actividade económica dos EUA afectará a economia global. Considera-se que a forte procura da exportação de produtos de base da África e os elevados preços continuarão com o crescimento elevado na Ásia e na inexistência de uma descida significativa no crescimento na Europa. A continuação da gestão macroeconómica efectiva e a melhoria da governação e a situação da segurança são os factores que contribuem para esta expectativa positiva, embora muitas partes da África ainda se vejam confrontadas com conflitos e insegurança.

Como inconveniente, há muitos riscos para o crescimento da África a médio prazo. Qualquer desaceleração significativa ou ajustamentos adversos na economia global poderia causar restrição na procura de exportação da África. Uma descida na procura e nos preços terá efeitos negativos na expectativa de crescimento da África. As flutuações nos preços do petróleo terão impactos de crescimento adversos nos países importadores de petróleo. O continente também necessita de gerir os riscos em relação às perspectivas do crescimento resultantes de flutuações imprevisíveis no capital externo, particularmente ajuda, e valorização da moeda que podem afectar desfavoravelmente a competitividade internacional. As mudanças imprevisíveis do tempo e os conflitos são factores adicionais que podem influenciar as perspectivas do crescimento da África em 2008.

A médio e longo prazo a África deve diversificar as fontes de crescimento para reduzir a vulnerabilidade aos choques, criar empregos decentes e acelerar os progressos para a realização dos ODMs. É essencial que a África adopte estratégias eficazes para combater as epidemias como VIH/SIDA e malária, e mitigar o seu impacto económico e social.

Figura 8. Projecção do crescimento do PIB real por região para 2008 (%)



Fonte: UN-DESA, Outubro de 2007.

H. CONCLUSÃO: PRINCIPAIS QUESTÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS EM ÁFRICA

A discussão das recentes iniciativas económicas e sociais em África destaca várias questões importantes que merecem a atenção urgente dos dirigentes e da comunidade para o desenvolvimento em geral. Os principais desafios económicos e sociais actuais são:

Aceleração e sustentação do crescimento

A análise demonstra que os países africanos registaram um grande desempenho económico pelo terceiro ano consecutivo, com uma taxa média de crescimento de 5,8 por cento. O bom desempenho é devido a uma série de factores, incluindo a procura e preços elevados dos produtos de base e aumento de produção nos sectores essenciais como agricultura e serviços. Contudo, o crescimento em África continua a ser volátil em virtude de diversificação económica limitada e o investimento nos sectores sociais permanece baixo em relação aos objectivos do desenvolvimento social da África. Entre outras medidas políticas, a África deve aumentar o investimento na infra-estrutura e desenvolvimento do capital humano e promover o investimento privado com vista a diversificar as fontes de crescimento e alcançar taxas de crescimento estáveis e elevadas.

Optimização dos benefícios e abordagem dos desafios dos elevados preços de petróleo

Os persistentes preços elevados do petróleo continuarão a ser um desafio importante para o crescimento e estabilidade macroeconómica a médio prazo. O aumento do custo de energia está a restringir o investimento e o crescimento em muitos países africanos importadores de petróleo que estão também confrontados com outros desafios para a estabilidade macroeconómica, incluindo a intensificação de pressões inflacionárias, e crescentes défices fiscais e das operações correntes. Além da boa gestão macroeconómica, os países importadores de petróleo necessitam de maior apoio externo para manter o crescimento e reduzir a volatilidade do crescimento. Os países exportadores de petróleo devem gerir as receitas petrolíferas para garantir a diversificação das fontes de crescimento e principais exportações e evitar a valorização excessiva da moeda e acumulação de reservas.

Transformação dos compromissos de financiamento do desenvolvimento em actos

A prova da transformação dos compromissos dos doadores em actos no contexto do Consenso de Monterrey indica que progressos significativos foram feitos na área da redução da dívida. Por outro lado, progressos muito limitados foram registados nas outras áreas principais do Consenso. A supervisão dos compromissos feitos pelos países africanos e pelos seus parceiros de desenvolvimento é essencial para a realização dos objectivos do Consenso de Monterrey. Os líderes africanos reconheceram isso e criaram um mecanismo para o controlo dos progressos na implementação dos seus compromissos bem como dos seus parceiros de desenvolvimento. A recente institucionalização de uma Conferência Ministerial Africana sobre o Financiamento para o Desenvolvimento é uma iniciativa audaciosa levada a cabo pelos líderes africanos neste domínio. Convém realçar que na Décima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2008, os líderes tomaram uma Decisão no sentido de solicitar os países africanos a participar activamente na Conferência Internacional de Seguimento sobre o Financiamento para o Desenvolvimento com vista a Analisar a Implementação do Consenso de Monterrey prevista para 29 de Novembro - 2 de Dezembro de 2008, em Doha, Qatar.

A comunidade internacional estabeleceu um mecanismo para fazer o acompanhamento do desempenho dos doadores. Por exemplo, estabeleceram um Fórum sobre a Parceria Africana e um Painel sobre os Progressos Africanos, os quais controlarão os progressos na implementação dos principais compromissos sobre o financiamento para o desenvolvimento. Finalmente, a eficiência destes mecanismos de supervisão serão avaliados em termos de como foram capazes de transformar as promessas feitas pelos parceiros de desenvolvimento em actos. Porque é só através da implementação desses compromissos que os países africanos podem alcançar resultados significativos na redução da pobreza e lançar as bases para um futuro mais promissor para o seu povo.

Transformação do crescimento económico em desenvolvimento social

O bom desempenho económico em África nos últimos anos não se traduziu em ganhos significativos em termos de desenvolvimento social. Os governos africanos devem aumentar os investimentos nos sectores sociais, particularmente na educação e saúde, e também melhorar a eficácia das despesas do sector social. Ao mesmo tempo, há necessidade de aumentar os ganhos do crescimento através de uma melhor definição de objectivos na criação de emprego por meio de estruturas macroeconómicas e politicas sectoriais mais gerais e mais flexíveis.

Políticas a favor de grupos socialmente excluídos

Os governos africanos e os parceiros devem desenvolver estratégias para garantir que o crescimento económico beneficie os grupos socialmente excluídos, incluindo mulheres, jovens, pessoas idosas, e pessoas portadoras de VIH/SIDA. Além do aumento do investimento público nos serviços sociais que visam esses grupos, os governos africanos devem considerar políticas que promovem o seu acesso à educação/saúde e serviços de saúde, sua participação no mercado de trabalho, e em geral, os seus direitos humanos. Ao mesmo tempo, os parceiros de desenvolvimento

devem usar os seus programas de assistência para apoiar esses objectivos. A longo prazo, uma sociedade mais inclusiva ajudará os países a permanecer estáveis a nível político e social e a melhorar o seu potencial de crescimento.

REFERÊNCIAS

EIU, Dados online, Outubro de 2007.

ILO, 2006. *Global Employment Trends for Youth*, Geneva.

IMF, 2007a. IMF Live Database, Washington, D.C.USA. (http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/data/weoselagr.aspx).

_____2007b. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. Washington, D.C.

_____2007c. International Financial Statistics. Washington, D.C.

UNAIDS, 2006. *2006 Report on the Global Aids Epidemic*. Geneva.

_____2007. *AIDS Epidemic Update - December 2007*. Geneva.

UN-DESA, 2007a. Africa Database. United Nations. New York. October.

_____2007b. *LINK Global Economic Outlook*. United Nations. New York. May.

UNECA, 2007a. "Efficient Public Service Delivery in Africa: Perspectives on Policy and Institutional Framework". Policy Research Report. Addis Ababa, Ethiopia.

_____2007b. *Accelerating Africa's Development Through Diversification*. *The Economic Report on Africa 2007*. UNECA. Addis Ababa, Ethiopia.

_____2008. *Translating Development Financing Commitments into Action*. *The Economic Report on Africa 2008* (forthcoming). UNECA. Addis Ababa, Ethiopia.

WHO, 2006. *The Africa Malaria Report 2006.* Geneva.

_____2007. *Maternal mortality in 2005: Estimates developed by WHO, UNICEF, UNFPA and the World Bank*. Geneva.

World Bank, 2007. *World Development Indicators* – Online Database. Washington D.C.

World Bank/IMF, 2005. "Global Monitoring Report 2005: Millennium Development Goals: From Consensus to Momentum", Washington D.C.